

Agonística ou agonia da democracia?

Resenha do livro *Agonistics – Thinking the world politically*

de Chantal Mouffe

Barbara Szaniecki

O livro é de 2013, mas só vir a ler agora. Uma citação do designer Carl di Salvo no seu livro *Adversarial Design* me instigou e Chiara del Gaudio me presenteou. Aqui não pretendo fazer uma resenha mas somente trazer algumas reflexões a partir de uma leitura rápida, sequer do livro inteiro, assim como alguma costura com este momento pós-eleitoral.

Em *Agonistics – thinking the world politically*, Chantal Mouffe nos apresenta logo de início sua abordagem agonística. Segundo ela, “a tarefa central das políticas democráticas é prover as instituições que permitirão aos conflitos tomar uma forma ‘agonística’, onde os oponentes não são inimigos e sim adversários com os quais existe um consenso conflituoso.” O que pretende com seu modelo agonístico é mostrar que, mesmo assumindo a não erradicabilidade do antagonismo, é possível vislumbrar uma ordem democrática. A distinção entre inimigo e adversário, assim como entre antagonista e agonístico e, por fim, o conceito de hegemonia, estão na base desta proposta. Antes de dar início aos pontos mais relevantes dessas distinções, trago algumas linhas gerais do livro. O primeiro capítulo apresenta a pergunta instigadora “O que é política agonística?” enquanto o segundo indaga “qual seria a democracia adequada para um mundo agonístico multipolar?” Já o terceiro capítulo traz a abordagem agonística para o futuro da Europa e o quarto aprofunda sua abordagem trazendo-a para debater políticas radicais. Por fim, o quinto capítulo traz relações entre essa abordagem política e práticas artísticas e culturais.

Política agonística, o que é? Para Mouffe, dois conceitos – antagonismo e hegemonia – permitem apreender a natureza do político pois, juntos, eles impedem a “totalização” da sociedade e, ao mesmo tempo, criam a possibilidade de uma sociedade para além da divisão e do poder. A sociedade se forma e se transforma continuamente por meio de “práticas hegemônicas” mas todo esse fenômeno não se encerra (e não deveria se encerrar) numa totalidade, ou seja, numa homogeneidade absoluta. O político diz respeito à capacidade de tomar decisões em um meio muitas vezes conflituoso mas sempre aberto ao pluralismo.

Mouffe critica, contudo, o pluralismo elaborado com base na abordagem racionalista dos conflitos pois o consenso obtido por meio da razão não apreende a dimensão necessariamente antagonista do político e é, neste ponto cego, que ela própria encontra seu primeiro limite. O político requer antagonismo e deixa de ser político quando o perde, mesmo que por meio da argumentação racional. Já o segundo limite da abordagem racionalista se encontra em sua dimensão individualista: o pensamento liberal é incapaz de compreender a formação das identidades coletivas. Por sua concepção da identidade como essência, o pensamento liberal não apreende aquela construída como diferença entre “nós” e eles”. A autora frisa que a relação nós/eles não é necessariamente antagonista mas reconhece diferenças sem se deixar reduzir a um conflito amigo *versus* inimigo.

É com base numa relação que acolhe o antagonismo mas não se reduz a ele que Mouffe apresenta o que chama de “modelo agonístico de democracia”. Antes de apresentá-lo, Mouffe critica o modelo agregador (onde as pessoas agem por interesse individual) e o modelo deliberativo (onde as pessoas agem movidas pela razão e pela moral). A questão crucial é “como estabelecer uma distinção nós/eles, que é constitutiva do político em um modo compatível com o reconhecimento do pluralismo?” Eis “a” questão! O conflito é legítimo, mas a relação nós/eles requer um cuidado fundamental:

“para a perspectiva agonística, a categoria central da política democrática é a categoria de ‘adversário’, isto é, o oponente com quem se compartilha uma lealdade comum aos princípios democráticos de ‘liberdade e igualdade para todos’, enquanto se discorda sobre sua interpretação. Os adversários lutam um contra o outro porque querem que sua interpretação dos princípios se torne hegemônica, mas não questionam a legitimidade do direito de seu oponente de lutar pela vitória de sua posição. Esse confronto entre adversários é o que constitui a ‘luta agonística’ e que é a própria condição de uma democracia vibrante”.

A diferença entre inimigo e adversário é importante pois, caso não ocorra, o conflito democrático é substituído pelo confronto entre dois valores morais não negociáveis ou formas essencialistas de identificação, ou seja, uma luta entre um “bem” e um “mal” absolutos encarnados por cada uma das partes que se enfrentam. A autora conclui este tópico reafirmando que, diferentemente da proposta liberal que procura superar o conflito nós/ele e alcançar o consenso por meio da razão no espaço público, “o

modelo agonístico” propõe “sublimar tais paixões mobilizando-as na direção de designs democráticos, por meio da criação de formas coletivas de identificação em torno de objetivos democráticos.”

Agonismo e antagonismo estão portanto unidos numa estreita relação. O agonismo só existe a partir da aceitação do antagonismo e não de sua eliminação. Para aprofundar seu “modelo agonístico”, Mouffe procura distingui-lo de três outros. Segundo ela, Hanna Arendt, de modo semelhante à Jürgen Habermas, ainda busca um consenso via exposição racional de idéias no espaço público. Já Bonnie Hering estimula os cidadãos a manter políticas e idéias abertas à discussão e desafia toda e qualquer tentativa de fechar o debate. E, por fim, William Connolly tenta relacionar o conceito Nietzscheano de “agon” com a democracia cuja “radicalização” conduz os cidadãos a entrar em uma contestação que perturbe qualquer tentativa de fechamento e traz a noção de “respeito agonístico” como absolutamente necessário para um pluralismo profundo.

Mouffe chega então a um ponto crucial, qual seja, a afirmação que o pluralismo deve ter um limite temporal. Em sua luta contra o encerramento das discussões, as abordagens inspiradas em Nietzsche e Arendt se tornam incapazes de apreender a natureza da luta pela hegemonia: “Sua celebração de uma política de perturbação ignora o outro lado de tal luta: o estabelecimento de uma cadeia de equivalência entre demandas democráticas e a construção de uma hegemonia alternativa. Não basta desestabilizar os procedimentos dominantes e romper os acordos existentes para radicalizar a democracia.” Ou seja, de modo muito claro, a autora critica o pluralismo como a mera valorização da multiplicidade mas sem a realização de um fechamento que é o que constitui o político. Mouffe elabora também uma crítica a Alain Badiou para quem a política não diz respeito à expressão de opiniões e sim à relação dos sujeitos a uma verdade. Ou seja, para a autora, essa concepção é mais próxima de uma ética do que de uma política. Reafirma sua proposta política de um agonismo que assuma o antagonismo da relação nós/eles sem a ele ser reduzido e que seja capaz de decisão por meio da formação de uma hegemonia. E ainda frisa que qualquer configuração hegemônica estará sempre sujeita à contestação, isto é, ela nunca deverá ser tida como a única legítima.

Sem entrar agora na análise do nosso momento presente, podemos deixar rapidamente duas reflexões sobre a abordagem agonística e as reflexões que nos vêm em mente ao ler o livro de Mouffe neste período pós-eleitoral. Nos últimos quatro anos e não apenas no tempo restrito das eleições, a relação “nós/eles” se transformou numa guerra não apenas para distinguir um campo de esquerda de um campo de direita ou, em termos socioculturais, para distinguir modos de vida progressistas de modos de vida conservadores e até reacionários, como também, se transformou numa insensata guerra por hegemonia dentro do próprio campo da esquerda, quando a designação e tratamento de “inimigo” a quem não concordava com o partido hegemônico fragmentou e fragilizou muitas relações. Mouffe critica as teses de Badiou por considerá-las pouco “políticas” mas é fato que posturas mais “éticas” poderiam ter sido de grande auxílio neste contexto que se tornou mais antagonista do que agonístico. Como disse anteriormente, não vou abordar as análises do contexto europeu e ainda menos o do contexto global mas não posso deixar de comentar o capítulo sobre políticas radicais porque, nele, Mouffe ataca o pensamento e a práxis da multiplicidade na medida em que ele se exime de constituir hegemonia.

Políticas radicais: Mouffe apresenta duas propostas contemporâneas. A primeira promove uma estratégia de “retirada das instituições” enquanto a segunda (a que ela defende) propõe “um engajamento com as instituições.” Segundo a autora, a “política radical” de “retirada das instituições” foi basicamente formulada por Antonio Negri e Michael Hardt em sua trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth* e teria como base cinco características: o próprio “Império” entendido como nova forma da soberania global e constituído por três redes – monarquia, aristocracia e a democracia; as transformações no modo capitalista de produção onde o trabalho fabril foi substituído (ou quase) por atividades cooperativas, comunicacionais e afetivas; a passagem de uma sociedade de disciplina (onde as relações são disciplinadas por instituições tais como a fábrica entre outras) para uma sociedade de controle (onde as relações são controladas por dispositivos mais difusos); o protagonismo do *general intellect* ou “intelectualidade de massa” seja nas relações produtivas quanto nas políticas; e, por fim, na medida em que esse produtor-político coletivo se torna sempre mais potente, a emergência da Multidão. Multidão é o nome dessa potência de emancipação das redes de exploração e controle que constituem o Império contemporâneo.

Em oposição a essa “crítica como saída das instituições”, Mouffe apresenta a sua “crítica como engajamento hegemônico com as instituições”. A questão que ela aponta como central para a diferença teórico-política é a análise da passagem do fordismo ao pós-fordismo. Naqueles que passa a chamar de “teóricos do êxodo”, ela critica em primeiro lugar o protagonismo atribuído às lutas dos trabalhadores que coloca o capitalismo numa posição de mera reação. Recorre então a Antonio Gramsci para reivindicar a relação entre trabalho e capital como uma “luta pela hegemonia” em dois momentos: um de ofensiva contra-hegemônica aos modos de regulação capitalista e um outro de re-articulação de todas as forças progressistas. “Temos vários exemplos históricos de situações das quais a crise da ordem dominante levou a soluções de direita”: e assim advoga por essa estratégia de des-articulação seguida de re-articulação que exclui a estratégia do êxodo. Em segundo lugar, retoma sua crítica à Multidão fazendo uma distinção entre as concepções de Hardt e Negri e aquelas de Virno, mas apontando sua convergência na oposição ao conceito de Povo. Mouffe contesta o entendimento de Povo como “unidade” quando, na realidade, pode haver “uma forma de unidade que respeita a diversidade e não apaga as diferenças” que ela chama de *chain of equivalence*. Essa “cadeia de equivalências” requer a construção de um “nós” coletivo frente à designação de um “eles” adversário e uma estratégia de ação sobre pontos nodais de poder que devem ser atingidos para que uma nova hegemonia possa ser produzida. Mais uma vez, a insistência na fórmula des-articulação por meio de antagonismo seguida de re-articulação por meio de hegemonia.

A aplicação dessa proposta requer “um engajamento agonístico com as instituições”. Ela é mobilizada por Mouffe para defender a importância dos governos progressistas da América Latina e, novamente, criticar a posição dos “teóricos do êxodo” assim como movimentos como o dos *Piqueteros* na Argentina ou dos *Indignados* na Espanha. Como o livro de Mouffe foi publicado em 2013 e, desde então, muita coisa mudou – seja na conjuntura mundial seja na posição da “vanguarda do êxodo”, retomaremos sobre essa questão. Todavia não podemos deixar de assinalar que, aparentemente, esse “engajamento agonístico com as instituições” via representação política foi repetido incansavelmente, sem abrir alternativas, até levar a um perceptível esgotamento do ciclo progressista latinoamericano. É que esse

“engajamento com as instituições” talvez tenha sido muito pouco agonístico por parte de seus principais movimentos ao longo de governos longevos. Seguimos...

Para aprofundar suas teses, Mouffe apresenta as bases filosóficas de sua abordagem a partir de uma diferença entre a sua “negatividade radical” e o “immanentismo” de alguns autores. Ambas abordagens reconhecem a importância do antagonismo mas, segundo Mouffe, o antagonismo de autores como Hardt e Negri é mera contradição dialética enquanto o seu representaria a negatividade radical. A explicação é curta e pouco convincente. Numa comparação entre o pós-operaismo de Hardt e Negri e o marxismo tradicional, afirma que a Multidão apenas substitui o Proletariado como sujeito político privilegiado e que ambas as teorias consideram o Estado “como aparato monolítico de dominação que não pode ser transformado.” Ora, o que aparece aqui é uma curiosa operação na qual Mouffe por um lado questiona a concepção pós-operáista de Multidão como heterogeneidade e, por outro, reconhece essa heterogeneidade no Estado. Ora, se é possível acolher sua afirmação de que o Estado é heterogêneo, é impossível não estranhar sua postura de ignorar a concepção pós-operáista de Multidão como heterogeneidade e, portanto, preche de antagonismos. Em todo caso, seguimos e procuremos entender a sua intenção de “re-articular uma situação dada em uma nova configuração” – uma intenção, diga-se de passagem, cheia de possibilidades para o design que segundo Herbert Simon, é a atividade que transforma situações existentes em situações preferíveis.

Como re-articular uma situação dada em uma nova configuração? Também a Bruno Latour é atribuído o rótulo de “immanentista” e, mais especificamente, o de “composicionista”. Neste caso, Mouffe critica o fato de Latour descartar a oposição entre “construído” e “não construído” (em outros termos, entre cultura e natureza) quando a questão seria discutir se algo é bem ou mal construído. Onde Latour insiste em composição, Mouffe insiste em articulação, ou melhor, em processos de desarticulação e rearticulação de caráter político. Contudo, logo em seguida, afirma que a origem da sua diferença com Latour se deve às diferentes ontologias mobilizadas. Para completar, inesperadamente, junta o composicionismo de Latour com o êxodo de Hardt e Negri para afirmar que ambas abordagens immanentistas são “incapazes de reconhecer a negatividade radical e a não erradicabilidade do antagonismo.” E completa: “em ambos os casos, o que também é excluído é a

possibilidade de visualizar uma 'guerra de posição' visando uma profunda transformação das relações de poder existentes.” Aqui, a provável referência é a reflexão de Gramsci sobre o período após a revolução de 1917 e sobre as diferenças do contexto Ocidental (no caso, a Itália) com relação ao Oriental (no caso, a Rússia). Para além da comparação redutora entre os autores mencionados, é difícil entender em que tais estratégias revolucionárias seriam adequadas à América Latina considerando as características dos movimentos e das sociedades em suas relações com o Estado, e ainda mais no seio dos governos recentes. Mouffe encerra seu capítulo criticando autores (em nota de pé de página são mencionados Costa Douzinas e Slavoj Žižek) que, na contemporaneidade, ainda vislumbram o comunismo quando deveriam se voltar ao socialismo. Ora, como pode uma política radical se confinar em um “ismo”?

Apresentamos aqui a concepção política agonística de Mouffe – com base nos conceitos de antagonismo e de hegemonia – e alguns de seus embasamentos filosóficos. Neste percurso, encontramos em suas críticas pontos problemáticos como quando ela diz que haveria em Hardt e Negri uma interpretação não muito fiel de Foucault e Deleuze (p.68) e, sobretudo, com a afirmação de que, nesses “teóricos do êxodo”, existe apenas a possibilidade da “retirada das instituições” e não algum tipo de “engajamento com”. Essa crítica ignora ou procura ignorar os esforços de criação de instituições do comum. A diferença é que essas institucionalidades não têm como modelo, forma ou objetivo o Estado. Aproveitando a menção da autora aos *Piqueteros* na Argentina e aos *Indignados* na Espanha, mencionemos a multidão de Junho de 2013 no Brasil. O acontecimento mobilizou o país inteiro e o ciclo se estendeu pelos anos seguintes, com muitas contradições a serem problematizadas mas também avaliadas como oportunidades de transformação. E o que fizeram os “imanentistas”? Abraçaram a transcendência do ParTido!

Lembrem-nos que Mouffe menciona como “imanentistas” tanto Latour quanto a dupla Hardt e Negri. Verificamos na atual conjuntura que temos, por um lado, não apenas estudiosos de Latour como antropólogos que, embora estudem sociedades sem Estado, continuam com o Estado na cabeça quando põem os pés no campo político. Por outro, nos deparamos com a opção paradoxal de Hardt e Negri, por um “êxodo para dentro do Estado” ao abraçar a defesa da hegemonia partidária – no caso, a do

Partido dos Trabalhadores – em detrimento dos muitos que se manifestaram multitudinariamente desde 2013. Desse modo, desacreditaram não apenas as suas próprias teorias como, sobretudo, os sujeitos que procuraram constituir atuações para além da forma partido no governo e de sua hegemonia no campo da esquerda. Descreditarão a multidão enquanto, paradoxalmente, deram crédito às teses de Mouffe.

E agora? As eleições de 2018 foram uma tragédia. Sem dúvida alguma a conjuntura internacional contribuiu para o avanço do conservadorismo social e do “endireitamento” político no Brasil. E, *last but not least*, o fator tecnológico contribuiu para a proeminência da comunicação agressiva via *Whatsapp* e para a proliferação de *fake news*. Ora, na conta da tragédia, deve constar um fator absolutamente interno. Uma polarização foi formada e dois campos se enfrentaram de maneira virulenta. O que poderia ser o exercício potente de uma democracia pungente se transformou numa tragédia não apenas pelo número de violências estimuladas e/ou efetivamente cometidas como, sobretudo, pela possibilidade da perda de democracia como resultado. Diante dessa possibilidade, o que concluir sobre o antagonismo nós *versus* eles como estratégia de construção de identidades coletivas? E do agonismo como estratégia de desarticulação e rearticulação via hegemonia?

Após treze anos de governo (e mais dois do PMDB, seu parceiro na governabilidade, em detrimento da multiplicidade), o Partido dos Trabalhadores parece ter perdido boa parte de sua credibilidade na sociedade. O golpe final a essa credibilidade foi dado no final do segundo turno ao não querer abrir mão da sua hegemonia no campo progressista. Com uma crise terrível na saúde e na educação, com altas taxas de desemprego e a real percepção de que “isso tudo que está aí” tem a ver com a escancarada corrupção, milhões de brasileiros escolheram um outro salvador da pátria, aquele que se apresentou como novidade anti-sistema. Ora, para que o anti-sistêmico não ameace o próprio regime democrático é preciso retirar dessa tragédia alguma lição. A primeira delas é que toda estratégia política – incluindo a agonística – quando aplicadas inúmeras vezes e, sobretudo, cegamente – tem sua eficácia reduzida e até mesmo anulada. O “nós/eles” desarticulou muitas relações e impossibilitou a rearticulação num campo esgotado pela hegemonia do Partido. A segunda delas deriva da inesperada convergência entre Mouffe e a dupla Hardt e Negri. Se as bases

filosóficas permanecem divergentes, a análise política no que diz respeito aos governos progressistas latinoamericanos convergiu neste fim de ciclo. Enterraram o Agon. O que nos leva a concluir que, mais do que políticas radicais (tal como abordadas no capítulo quatro de Mouffe), precisamos de uma radicalização da democracia (tal como temos procurado elaborar na Universidade Nômade) por meio do aprofundamento da participação cidadã em todos os processos de decisão, por fora e por dentro das instituições, sejam elas movimentos, partidos ou instâncias de governo. Na imanência das lutas e dos afetos, entre humanos e não humanos.

PS: O último capítulo do livro de Mouffe trata das políticas agonísticas em sua relação com as práticas artísticas. Ela havia mencionado anteriormente, *en passant*, a “crítica artística” citando Luc Boltanski e Eve Chiapello. Foram essas questões que me levou a ler *Agonistics – Thinking the world politically* mas vai ficar para uma segunda resenha do mesmo livro!